

Frente parlamentar é criada para terrenos de marinha

Cerca de 35 mil capixabas proprietários de terrenos considerados de marinha podem ser beneficiados com a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Ocupantes e Foreiros dos Terrenos de Marinha, no Congresso Nacional. A iniciativa, do deputado federal capixaba Renato Casagrande, será lançada amanhã, em Brasília, e pretende por um fim ao impasse estabelecido com a União, que cobra pelo uso de seus terrenos.

O presidente da Associação de Ocupantes e Foreiros dos Terrenos de Marinha no Espírito Santo, o vereador José Carlos Lyrio Rocha, deverá participar de novas discussões sobre o aperfeiçoamento e a atualização da legislação vigente.

Para o vereador, a mobilização dos parlamentares foi muito importante na criação da frente. Segundo ele, já é um resultado da audiência

pública realizada em 14 de abril. "A solução definitiva para o problema depende de mudanças na legislação federal e há anos estamos lutando pelo apoio dos congressistas", enfatiza.

Fórum

Além da criação da frente parlamentar, será realizado na Câmara dos Deputados um fórum de discussão sobre as altas taxas cobradas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e as mudanças na legislação atual.

Atualmente, os proprietários considerados ocupantes de terrenos de marinha pagam uma taxa de ocupação de 2% ou 5% do valor do terreno, de acordo com a época de inscrição na SPU.

Já os foreiros pagam anualmente à União um foro correspondente a 0,6% do valor do terreno. Além dessas taxas cobradas, a União está inscrevendo em

dívida ativa os inadimplentes, promovendo a cobrança judicial e ameaçando com seqüestro de bens.

Para ampliar as discussões sobre o assunto, deverá acontecer no Estado, durante o primeiro semestre de 2004, o I Encontro Nacional de Vereadores sobre Terreno de Marinha. São mais de 220 mil terrenos enquadrados nessa situação. A cobrança foi instituída no século XIX, através de um decreto régio que foi assinado pelo imperador Dom Pedro II.